



Ciências da Saúde no Brasil: Impasses e Desafios 3

Isabelle Cerqueira Sousa
(Organizadora)





Ciências da Saúde no Brasil: Impasses e Desafios 3

Isabelle Cerqueira Sousa
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Isabelle Cerqueira Sousa

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências da saúde no Brasil [recurso eletrônico] : impasses e desafios 3 / Organizadora Isabelle Cerqueira Sousa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-425-2

DOI 10.22533/at.ed.252202509

1. Ciências da saúde – Pesquisa – Brasil. I. Sousa, Isabelle Cerqueira.

CDD 362.10981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coleção “Ciências da Saúde no Brasil: Impasses e Desafios” é uma coletânea composta de nove obras, e aborda no seu terceiro volume uma contextualização da prevenção, promoção da saúde, tratamentos e afecções que as mulheres enfrentam na atualidade. A situação de vulnerabilidade, que muitas vezes as mulheres precisam enfrentar é notória, e na área da saúde se torna bem sofrida, apesar da legislação brasileira prevê o direito à saúde e acesso à cidadania, mesmo assim esta questão aparece categorizada em vários eixos, nos quais a saúde da mulher tem sofrido dificuldades e sido negligenciada.

Esse volume traz reflexões sobre diversos aspectos da vulnerabilidade feminina, dentre eles, aborda os direitos sexuais e reprodutivos, analisando os cuidados de enfermagem às pacientes vítimas de violência sexual, abordando que a assistência à saúde prestada pela às vítimas de violência sexual, deve adotar medidas de cuidado humanizado e acolhedor, visando o respeito e a satisfação das necessidades da mulher em toda a sua integralidade, sem nenhum tipo de discriminação.

Serão apresentados também vários estudos abordando a prevalência da sífilis gestacional e sífilis congênita, mostrando a grande importância da identificação da sífilis precocemente para contribuir com medidas de prevenção, implementação de políticas públicas, planejamento de intervenções e tratamentos. A sífilis congênita ocorre quando a mulher grávida tem sífilis e passa para o bebê através de via transplacentária, sendo, portanto, importantíssimo avaliar o tratamento farmacológico da sífilis, que se constitui como um desafio para os serviços de saúde pública, principalmente em países em desenvolvimento.

Ao falarmos de mulher, logo nos vem à mente a função de mãe, os contextos de gestação, incluindo diversas intercorrências como por exemplo: o “Diabetes Mellitus Gestacional” (DMG), um problema metabólico que pode acometer 25% das gestantes e exige orientações seguras, podem acontecer também os transtornos hipertensivos na gravidez e portanto são fundamentais os atendimentos individualizados e humanizados, possibilitando um cuidado amplo e resolutivo, prevenindo ao máximo os agravos no período gestacional, no parto e pós-parto.

Nesse percurso de análise da singularidade feminina, aparece também o processo de adoecimento por neoplasia maligna (câncer), que é a segunda causa de mortalidade entre a população feminina, nesse sentido são apresentados estudos que trazem valiosas contribuições para a compreensão da realidade desta mulher, suas condições de vida frente as diferenças de gênero, precarização das relações de trabalho, ausência de proteção social, que são algumas barreiras que prejudicam uma evolução adequada dos tratamentos, e algumas vezes levando até a mortalidade.

Acrescenta-se a todas essas dificuldades, os desafios no cuidado de saúde da mulher surda, se faz necessário criar estratégias que garantam a prevenção e a promoção

da saúde, bem como o fortalecimento da autonomia e do autocuidado, além de estabelecer mecanismos de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) por parte da equipe interdisciplinar que atua em cada nível de atenção, a fim de possibilitar uma comunicação direta sem a necessidade do intérprete ou familiar, o que asseguraria vínculo, confiança e sigilo.

Diante da proeminente necessidade de divulgação dos avanços da ciência e da saúde, seus impasses e desafios, a Editora Atena presenteia os leitores com esse volume dedicado a saúde da mulher, que compõe um dos assuntos da coletânea de nove volumes com temas atualizados em saúde.

Isabelle Cerqueira Sousa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Deirevânio Silva de Sousa
Daniela Nunes Nobre
Crystianne Samara Barbosa Araújo
Dominic Nazaré Alves Araújo
Gerliana Torres da Silva
Alyce Brito Barros
Aziri Lígia Barbosa dos Santos
Ludmila Cavalcante Liberato
Vitória Lara Alves Souza
Tamires Santos Pereira
Alanny de Almeida
Amanda de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.2522025091

CAPÍTULO 2..... 10

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO COMBATE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Fabiana Albino Fraga
Aiarlen dos Santos Meneses
Natália Coelho Cavalleiro dos Santos
Liana Coelho Cavalleiro dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.2522025092

CAPÍTULO 3..... 19

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL SOBRE INFECÇÃO EM MULHERES QUE SOFRERAM ABORTO

Mayara Martins de Carvalho
Duvan Andrey Parra Duarte
Matheus Matos da Silva
Maria Eliete Moura Batista
Odinéa Maria Amorim Batista
Glicia Cardoso Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.2522025093

CAPÍTULO 4..... 32

OS DESAFIOS NO TRATAMENTO DA SÍFILIS

Teresa Iasminny Alves Barros
Andreza Barros Figueirêdo
Bárbara Ferreira Santos
Gabriel de Oliveira Lôbo
Larissa Barros Severo
Maraísa Pereira de Souza Vieira
Mara Cristina Santos de Araújo
Maria Laura Junqueira Dantas
Mirelle Pereira Gonçalves Ferreira

Paloma Silvestre Moreira
Pedro Victor Landim Ribeiro
Sílvia Natália Xavier Diniz

DOI 10.22533/at.ed.2522025094

CAPÍTULO 5..... 38

SÍFILIS CONGÊNITA NO DISTRITO FEDERAL, 2009 A 2018: UM REFLEXO DE VULNERABILIDADES SOCIAIS

Thaliane Barbosa de Oliveira
Tháís Barbosa de Oliveira
Caroliny Victoria dos Santos Silva
Priscila Silva de Araújo
Wellington de Lima Borges
Ana Júlia Magalhães de Queiroz Melo
Bárbara Gripp Oliveira
Gleice Kelly Campelo Barbosa
Lorrany Santos Rodrigues
Renato Henrique Pereira da Silva
Luiza Esteves de Melo

DOI 10.22533/at.ed.2522025095

CAPÍTULO 6..... 50

A INCIDÊNCIA DE SIFILIS GESTACIONAL NO ESTADO DO PIAUÍ NO PERÍODO DE 2014 A 2018

Rhuan Alves de Araujo
Alvaro Martins Pinho
Luis Felipe Nunes Martins
Joyce Pinho Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.2522025096

CAPÍTULO 7..... 58

MÍDIA SOCIAL BRASILEIRA NA DISSEMINAÇÃO DA (DES) INFORMAÇÃO SOBRE DIABETES *MELLITUS* GESTACIONAL

Luana Aparecida Soares
Juliana Pereira Silva
Cíntia Lacerda Ramos
Edson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.2522025097

CAPÍTULO 8..... 72

ANÁLISE DOS ÍNDICES DE TRANSTORNOS HIPERTENSIVOS NA GRAVIDEZ

Danielle Cristina Honorio França
Flávia de Melo Carvalho
Anna Clara Faria Duarte

DOI 10.22533/at.ed.2522025098

CAPÍTULO 9..... 82

PERCEPÇÕES DE MÃES COM RECÉM-NASCIDOS INTERNADOS NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Luziana de Paiva Carneiro
Karine Sales Braga Alves
Alana Mara Lima Feijão
Letícia Kessia Souza Albuquerque
Cleane Maria dos Santos Teles
Francisca Camila Teixeira Mesquita
Francisco Marcelo Alves Braga Filho

DOI 10.22533/at.ed.2522025099

CAPÍTULO 10..... 93

INFLUÊNCIA DO ENFERMEIRO NO CONHECIMENTO DAS GESTANTES DE ALTO RISCO SOBRE SEU ESTADO DE SAÚDE NO PROCESSO DE HOSPITALIZAÇÃO

Daniela Nunes Nobre
Deirevânio Silva de Sousa
Crystianne Samara Barbosa Araújo
Eloá Ribeiro Santana
Sheron Maria Silva Santos
Gerliana Torres da Silva
Roberlania Santos da Silva Rocha Brito
Alyce Brito Barros
Emanuel Messias Silva Feitosa
Hugo Leonardo Guimarães Costa Silva
Maria Quintino da Silva Neta
Quézia Maria Quintino Almeida

DOI 10.22533/at.ed.25220250910

CAPÍTULO 11..... 102

MULHERES E GÊNERO: REFLEXÕES NO ATENDIMENTO EM ONCOLOGIA

Debora Louzada Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.25220250911

CAPÍTULO 12..... 112

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A MULHER MASTECTOMIZADA

Fernanda Veras Vieira Feitosa
Marcelle Sabino Façanha Carneiro
Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro
Izabelly Vieira Rabelo
Pedro Oliveira Pinheiro
Ana Paula Lebre Santos Branco Melo
Maria Celeste Rocha Simões

DOI 10.22533/at.ed.25220250912

CAPÍTULO 13..... 118

USO TERAPEUTICO DA UNCARIA TOMENTOSA NO TRATAMENTO DE DOENÇAS DA PROLIFERAÇÃO CELULAR MAMÁRIA E UTERINA

Maria Clara Calvancante Mazza de Araujo
Priscylla Frazão Rodrigues
Carlos Eduardo Rocha Araújo
Bárbara Candida Nogueira Piauilino
Beatriz Maria Loiola de Siqueira
Pedro Henrique Freitas Silva
Isabella Maria Gonçalves Pinheiro de Vasconcelos
Adhônias Carvalho Moura
Larissa Mota Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.25220250913

CAPÍTULO 14..... 125

PREVALÊNCIA E GENOTIPAGEM DE HPV EM POPULAÇÃO ATENDIDA NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Lais Gonçalves Ortolani
Alessandra Aparecida. Vieira Machado
Luana Maria Tassoni Ferro
Carolina Harumi Cavarson
Renata Gois de Mello
Fábio Juliano Negrão

DOI 10.22533/at.ed.25220250914

CAPÍTULO 15..... 136

DESAFIOS NO CUIDADO EM SAÚDE DA MULHER SURDA

Yndri Frota Farias Marques
Rebeca Coêlho Linhares
Luana Cristina Farias Castro
Lucas Carvalho Soares
Pauliane Miranda dos Santos
Raul Sá Rocha
Esther Barata Machado Barros
Maria Clara Sousa Lima
Robério Araújo de Carvalho
Carolina Lustosa de Medeiros
Clesivane do Socorro Silva do Nascimento
Mauro Mendes Pinheiro Machado

DOI 10.22533/at.ed.25220250915

SOBRE A ORGANIZADORA..... 139

ÍNDICE REMISSIVO..... 140

CAPÍTULO 2

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO COMBATE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Data de aceite: 01/09/2020

Data da Submissão: 04/08/2020

Fabiana Albino Fraga

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp),
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro- Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/9592193851891381>

Aiaren dos Santos Meneses

Faculdade Adventista da Bahia (FADBA),
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro (UNIRIO)
<http://lattes.cnpq.br/1195116528752049>

Natália Coelho Cavalleiro dos Santos

Universidade Federal Fluminense
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro.
<http://lattes.cnpq.br/8885592976160462>

Liana Coelho Cavalleiro dos Santos

Universidade Federal Fluminense(
Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert
Einstein(2019)
<http://lattes.cnpq.br/1769049502661978>

RESUMO: A Sexualidade abrange aspectos biológicos, psíquicos, culturais e históricos, não se restringe apenas à reprodução. Embora os direitos sexuais e reprodutivos tenham sua formalização no contexto das Conferências das Nações Unidas, ainda há necessidade de reafirmá-los e explicitá-los rotineiramente. Práticas e ações cotidianas estão baseadas nas formas de pensar e de se enxergar o mundo, com as quais fomos

socializados. A forma como lidamos com a nossa saúde e de outrem também são norteadas por determinadas concepções de mundo. Surge assim uma fragmentação exagerada onde as funções totais integradas e suas interações com o meio sejam pouco conhecidas. É de suma importância que as pessoas sejam entendidas em suas complexidades que determinam que determinam o processo saúde-doença. O acolhimento surge como uma forma de humanização das práticas de saúde e quebras de paradigmas, onde os processos de trabalho percebem as necessidades de cada indivíduo como parte de um todo, não desprezando a dimensão individual. É fundamental que seja estabelecida uma relação entre profissionais de saúde e usuários, considerando os aspectos técnicos, teórico-epistemológicos, de empatia e afeto. A situação de vulnerabilidade experimentada pelas mulheres reflete diretamente na qualidade do atendimento nos serviços de saúde. O tratamento dado a essas mulheres é guiado pela violência estrutural que caminha até a sua saúde reprodutiva e sexual, violência essa que deve ser combatida desde a Atenção Básica. A partir da constatação de que as mulheres invariavelmente têm os seus direitos infringidos e sofrem violência obstétrica desde o primeiro atendimento, surge a necessidade de ampliação de conhecimento profissional para que tal violência seja combatida.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a Mulher, Sexualidade, Saúde da Mulher, Atenção Primária à Saúde

THE IMPORTANCE OF PRIMARY CARE IN THE FIGHT AGAINST OBSTETRIC VIOLENCE

ABSTRACT: Sexuality covers biological, psychological, cultural and historical aspects, it is not restricted to reproduction. Although sexual and reproductive rights are formalized in the context of the United Nations Conferences, there is still a need to reaffirm and explicitly explain them routinely. Daily practices and actions are based on the ways of thinking and seeing the world, with which we have been socialized. The way we deal with our health and that of others is also guided by certain worldviews. Thus, an exaggerated fragmentation appears, where the total integrated functions and their interactions with the environment are little known. It is of utmost importance that people are understood in its complexities that determine what determines the health-disease process. User embracement appears as a way of humanizing health practices and breaking paradigms, where work processes perceive the needs of each individual as part of a whole, not neglecting the individual dimension. It is essential that a relationship be established between health professionals and users, considering the technical, theoretical-epistemological, empathy and affection aspects. The situation of vulnerability experienced by women directly reflects on the quality of care in health services. The treatment given to these women is guided by structural violence that leads to their reproductive and sexual health, a violence that must be combated from Primary Care. From the realization that women invariably have their rights violated and suffer obstetric violence from the first visit, there is a need to expand professional knowledge so that such violence is combated.

KEYWORDS: Violence Against Women, Sexuality, Women's Health , Primary Health Care .

1 | INTRODUÇÃO

Com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no ano de 1948, uma série de convenções internacionais foram firmadas, estabelecendo estatutos comuns e mecanismos que possam garantir direitos considerados básicos à existência digna, (Direitos Humanos). Os direitos à vida, à alimentação, à moradia, à educação, ao afeto à reprodução e ao sexo, dentre outros, são denominados Direitos Humanos Fundamentais. Nas duas últimas décadas houve grandes avanços nas legislações internacional e nacional, em relação à reprodução e sexualidade, enquanto Direitos Humanos e questões de cidadania. Os direitos sexuais têm uma recente e distinta história e sua formulação surge no início nos anos 90, através de movimentos LGBTQ (GLBT na época) europeus e norteamericanos, ganhando mais força com o seguimento de movimentos feministas. Em 1995, houve um avanço na Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, com a finalidade de formular um conceito sobre os direitos sexuais, parte integrante dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos das mulheres garantem o controle e a liberdade sobre sua sexualidade, saúde sexual e reprodutiva, livre de qualquer coação, discriminação e/ou violência. Destacam-se ainda, os direitos igualitários entre homens e mulheres, no que se referem às relações sexuais e à reprodução, com pleno respeito pela integridade e respeito mútuo, divisão de responsabilidades sobre o comportamento sexual e consequências. De

todo esse movimento para assegurar os direitos à saúde sexual e a saúde reprodutiva, destacam-se: (1) Os direitos reprodutivos que garantem o direito de decisão das pessoas de forma livre e responsável se desejam ter ou não filhos, quantos filhos ou em que momento de suas vidas; (2) O direito ao acesso à informações sobre métodos contraceptivos; (3) O direito de exercer sua sexualidade e reprodução sem discriminação e violência; (4) O direito à educação sexual e reprodutiva; 5) O direito de sigilo nos serviços de saúde com qualidade e livre de discriminação.

A Sexualidade abrange aspectos biológicos, psíquicos, culturais e históricos, não se restringe apenas à reprodução. Embora os direitos sexuais e reprodutivos tenham sua formalização no contexto das Conferências das Nações Unidas, ainda há necessidade de reafirmá-los e explicitá-los rotineiramente. Práticas e ações cotidianas estão baseadas nas formas de pensar e de se enxergar o mundo, com as quais fomos socializados. A forma como lidamos com a nossa saúde e de outrem também são norteadas por determinadas concepções de mundo. Surge assim uma fragmentação exagerada onde as funções totais integradas e suas interações com o meio sejam pouco conhecidas. É de suma importância que as pessoas sejam entendidas em suas complexidades que determinam o processo saúde/doença, para além da dimensão biológica. O acolhimento surge como uma forma de humanização das práticas de saúde e quebras de paradigmas, onde os processos de trabalho percebem as necessidades de cada indivíduo como parte de um todo, não desprezando a dimensão individual. É fundamental que seja estabelecida uma relação entre profissionais de saúde e usuários, considerando os aspectos técnicos, teórico-epistemológicos, de empatia e afeto. A sexualidade pode ser definida como o conjunto de características humanas e suas maneiras de expressão, comumente associada ao ato sexual e/ ou órgãos sexuais como sinônimos. Entretanto, a sexualidade não se limita à atividade sexual ou à reprodução e, além do corpo, a sexualidade abrange os sentimentos, a vivência do indivíduo, a cultura e até mesmo as relações afetivas. Sendo assim, aplica-se a todas as etapas da vida de homens e mulheres. Os direitos sexuais e reprodutivos amparam também a proteção à maternidade compreendida como direito fundamental de saúde, integridade física e emocional, estando intimamente ligados com a dignidade da pessoa. Formando assim a estrutura constitucional para a proteção da maternidade que compreende também a violência obstétrica.

A situação de vulnerabilidade experimentada pelas mulheres reflete diretamente na qualidade do atendimento nos serviços de saúde. O tratamento dado a essas mulheres é guiado pela violência estrutural que caminha até a sua saúde reprodutiva e sexual, violência essa que deve ser combatida desde a Atenção Básica. A partir da constatação de que as mulheres invariavelmente têm os seus direitos infringidos e sofrem violência obstétrica desde o primeiro atendimento, surge a necessidade de ampliação de conhecimento profissional para que tal violência seja combatida. Durante a pesquisa bibliográfica inicial, verificou-se que as mulheres se sentem inseguras no que se refere à sua saúde reprodutiva

e sexual devido ao tratamento a elas destinados. As altas taxas de violência obstétrica expõe a necessidade de desenvolvimento de estudos que reafirmem os direitos das mulheres e como de modo prático a humanização poderá ser alcançada. É importante salientar que pesquisas e estudos já existentes nessa área devem ser encarados, pelos profissionais de saúde, como fundamentais para um atendimento de qualidade, a partir das realidades diversas e complexas que essas mulheres vivem, ensejando em atendimentos inadequados e desumanos. Sendo assim a Atenção Básica tem papel fundamental no combate à violência obstétrica que muitas vezes surge de maneira simbólica e naturalizada.

1.1 Conceito de violência obstétrica

No início do século 20 o uso de fórceps, no cenário internacional, era visto como uma forma de humanização do parto. A violência obstétrica pode ser conceituada como ação ou omissão, culposa ou dolosa, praticada pelos profissionais de saúde, desde o pré-natal até o puerpério, ou em casos de procedimentos abortivos autorizados, o que caracteriza a violação do direito à assistência médica da mulher. Sendo assim, uma intervenção institucional é de caráter indevido quando não há autorização dos procedimentos realizados ou informação sobre sua autonomia e liberdade de escolha. Esses atos que ao serem praticados violam o direito da mulher e ocasionam violência obstétrica, foram destacados pelo Dossiê da Rede Parto do Princípio para a CPMI da violência contra as Mulheres (2012) que os caracterizam da seguinte forma: “aqueles praticados contra a mulher no exercício de sua saúde sexual e reprodutiva, podendo ser cometidos por profissionais de saúde, servidores públicos, profissionais técnico-administrativos de instituições públicas e privadas, bem como civis”. É possível observar que o problema que compõe a violência obstétrica é de origem estrutural, visto que ela reproduz mecanismos recorrentes, seja no que tange as relações sociais ou entre pessoas envolvidas. A violência obstétrica pode ser presumida a partir da violência institucional, devido a sua recorrência em serviços de saúde e sua naturalização nesse ambiente. Nota-se uma recorrente relação de autoridade do profissional de saúde (detentor do saber) em relação ao paciente (falta de conhecimento), onde se inicia a violência institucional. Os direitos das mulheres, são desrespeitados também no que se refere à medicalização do seu corpo, onde as intervenções médicas são realizadas indiscriminadamente, sem que haja o seu direito de autonomia, esterilizações sem consentimento, cesarianas indesejadas e desnecessárias. O direito à sexualidade e à reprodução é parte essencial da humanidade e seus desdobramentos tornam-se parte integrante dos direitos (e deveres) humanos.

1.2 Tipos de Violência Obstétrica e a Violação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos

A medicalização do parto tornou-se mais presente com o passar das décadas, sendo utilizada de maneira equivocada para defender um parto sadio e menor sofrimento para a mulher. O evento fisiológico passou então a ser visto como patológico, privilegiando os

procedimentos médicos, trazendo prejuízos à saúde da mulher. De acordo com o conceito de humanização em saúde e suas perspectivas, o parto natural precisa ser resgatado e a conduta intervencionista precisa ser questionada, trazendo abordagens que façam os profissionais de saúde que assistem à mulher refletirem sobre suas condutas. A humanização do parto no Brasil tem como proposta retomar o evento natural e evitar que se torne um fenômeno mecanicista de trabalho. Percebe-se que há a necessidade da realização de estudos que abordem a violência obstétrica com o objetivo de qualificar as estratégias de atenção ao parto para que se reduzam as intervenções desnecessárias. O Brasil lidera a estatística mundial de cesáreas e necessita de uma redução drástica para que sejam cumpridas as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que preconiza que o máximo de nascimentos operatórios não ultrapassem 15% dos partos. A assistência hospitalar e a cobertura da assistência pré-natal que foi superior a 80 % (DATASUS) não garantem a qualidade dos serviços prestados e reflete na alta taxa de morbimortalidades, evidenciando que as políticas implantadas ainda não surtiram o efeito desejado. As formas de violência contra a mulher em sua saúde reprodutiva são plurais e por vezes silenciosas, sendo assim, a violência obstétrica é definida como todos aqueles atos cometidos no momento da procura aos serviços de saúde como: (1) De caráter físico: ações praticadas contra o corpo da mulher que não haja comprovação científica sobre os benefícios - privação alimentar durante o trabalho de parto, limitação ou interdição dos movimentos da mulher, tricotomia, manobra de Kristeller, uso rotineiro de ocitocina, cesariana sem indicação clínica, não uso de analgesia; (2) De caráter psicológico: ação verbalizada ou não que causem constrangimento à mulher, afetando a sua integridade, autonomia e dignidade - chacotas, piadas, falta de informação, informações em linguagens técnicas, desrespeito aos seus padrões culturais; (3) De caráter sexual: toda a violação de sua intimidade e privacidade ou ainda que cause dano a sua integridade sexual e reprodutiva - episiotomia, assédio, exames de toques invasivos, constantes ou agressivos, lavagem intestinal, cesariana sem consentimento, ruptura ou descolamento das membranas sem consentimento, imposição da posição supina para dar à luz, exames repetitivos dos mamilos sem esclarecimentos; (4) De caráter institucional: dificultar o acesso da mulher aos seus direitos constituídos - impedir o acesso aos serviços de atendimento à mulher, impedir a amamentação, omissão ou violação dos direitos da mulher durante todo o período da gestação e puerpério, protocolos institucionais que sejam contrários às normas vigentes; (5) De caráter material: condutas para obter recursos financeiros - cobranças indevidas pelo plano de saúde, cobranças por profissionais de saúde e indução à contratação de outra modalidade justificando ser a única forma de ter acompanhante; (6) De caráter midiático: praticadas por profissionais através de um meio de comunicação que violem psicologicamente as mulheres em processos reprodutivos, incentivo a práticas cientificamente invalidadas - apologia aos partos cesáreos sem indicação, ridicularização do parto normal, incentivo ao desmame precoce. Esses tipos de violência podem ainda aparecer de forma mista, causando grandes

prejuízos à saúde reprodutiva e sexual das mulheres. A lei 11.108/2005 garante o direito da gestante de ter um acompanhante nos serviços de saúde do SUS, seja da rede própria ou conveniada. Os serviços de saúde têm por obrigação assegurar esse direito durante todo o trabalho de parto, parto e pós-parto. O acompanhante, conforme garante a lei, será escolhido pela gestante, podendo ser o pai da criança, parceiro atual ou ainda outra pessoa de sua escolha. De acordo com pesquisas realizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a presença do acompanhante trouxe inúmeros benefícios para a gestante e o bebê como, por exemplo, diminuição do tempo do trabalho de parto, maior confiança para a parturiente, menor necessidade de parto instrumental, controle maior da dor, aumento dos índices de amamentação, maior vínculo mãe-bebê. No caso dos partos em que a cesárea foi necessária os benefícios observados por ter a presença de um acompanhante foram entre outros, diminuição da ansiedade, diminuição da preocupação com o estado do bebê e maior duração do aleitamento materno.

O parto até o início do século passado era algo essencialmente protagonizado pela mulher. Parteiras experientes realizavam os partos com a privacidade do lar, onde os bebês até então nasciam na presença de pessoas que a parturiente escolhia para dar-lhe apoio. A tendência ao parto institucionalizado cresceu nos anos de 1940, com a Segunda Guerra Mundial, acentuando a medicalização do parto tornando-se algo responsabilidade (e decisão) quase que exclusivamente médica, sem que a mulher pudesse manifestar o seu direito de escolha. Segundo a pesquisa Nascer no Brasil, hoje há um paradoxo perinatal onde o acesso das mulheres aos serviços de saúde mostra-se amplo e significativo, porém com a disponibilização tecnológica há uma intensa medicalização dos partos, 53,7% cesarianas, com elevadas taxas de morbidade e mortalidade materna e perinatal mantidas o que sinaliza uma baixa qualidade no atendimento do pré-natal ao nascimento. Um procedimento realizado por rotina e sem a comprovação científica da sua eficácia e necessidade designa uma violação ao corpo da mulher que sente invadida, com sua dignidade ignorada. A episiotomia, procedimento cirúrgico onde a entrada da vagina é cortada com a justificativa de facilitar a passagem do bebê é um tipo de violação tanto reprodutiva como sexual. A sua realização não tem defesa científica e ao contrário as literaturas trazem diversos malefícios como por exemplo, afetar os músculos e vasos sanguíneos que são de extrema importância para a continência urinária e fecal e que fazem importantes ligações com o clitóris. No Brasil a episiotomia é o único procedimento cirúrgico que é realizado sem o consentimento e sem esclarecimento sobre suas indicações, riscos ou benefícios. Quando o parto é vaginal, o períneo pode não sofrer lesões, visto que trata-se de um processo fisiológico onde o ritmo acontece com naturalidade. Entre outras complicações relacionadas à episiotomia podem ser citadas: dor, infecção, má cicatrização, sangramento em maior volume, dor durante as relações sexuais, maior risco de laceração nos próximos partos, anatomia e estética afetadas. Muitas vezes há a realização de um procedimento conhecido como “ponto do marido” que tem por finalidade deixar o canal

vaginal mais fechado visando o prazer masculino, o que acarreta dor para a mulher durante a relação sexual e infecção. Estudos realizados mostram que as mulheres que não sofreram a episiotomia tiveram menos complicações e se beneficiaram por levar menos pontos, terem menos traumas e conseqüentemente tiveram melhoras sensivelmente mais rápidas. (MATTAR, 2007; LARSSON, 1991; ANDREWS, 2008). Mulheres sofrem essa prática rotineira onde a sua confiança no profissional “detentor de todo o saber”, no momento de vulnerabilidade onde não é possível a sua defesa constitui violência obstétrica, sexual e psicológica. Outro ponto importante a ser abordado é realização de procedimentos desnecessários e repetitivos como prática para aprendizado, por exemplo, o exame de toque realizado várias vezes e por diversos profissionais ferindo a integridade física e violando a intimidade da mulher. Em hospitais escola, comumente nota-se um grupo de profissionais em formação para aprenderem a realizar o toque vaginal, onde a mulher muitas vezes não tem a informação básica sobre eles como nomes, qualificação, necessidade, riscos e ainda a sua autorização. Por mais que haja a necessidade de formação profissional e que estes precisem treinar os procedimentos inerentes à sua formação, em primeiro lugar esses profissionais precisam ser orientados a respeitar e preservar a integridade da mulher psicologicamente e fisiologicamente. Atualmente o discurso médico apresenta a mulher como tendo a sua autonomia preservada no momento do parto, porém, a fala das parturientes se opõe a esse discurso verbalizando um tratamento autoritário por parte dos profissionais de saúde. Muitas vezes quando a equipe atende mulheres cientes dos seus direitos e autonomia, gera um relacionamento hostil onde a parturiente é vista como pouco colaborativa. Muito discute-se sobre estratégias que possam melhorar o acolhimento à gestante nos serviços de saúde visando o seu planejamento reprodutivo que lhe é garantido e atenção humanizada da gravidez ao puerpério, e ainda que garantam um nascimento e desenvolvimento saudável. A Rede cegonha é um exemplo disso, pois apresenta como finalidade estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil. Porém, um estudo realizado pela FIOCRUZ (nascer no Brasil), mostra relatos de mulheres que sofreram violência obstétrica sem ter a noção do que estava acontecendo e simplesmente silenciando a sua dor evidenciando o despreparo profissional para aquele momento de vulnerabilidade. Nota-se que um programa de humanização não é suficiente quando não há uma capacitação profissional para o acolhimento dessas mulheres desde o pré-natal. As práticas educativas apresentam-se como estratégia efetiva para que as informações sejam difundidas, sendo um recurso cientificamente produzido com o objetivo de alcançar essas mulheres promovendo sua saúde e impedindo danos a ela. O acolhimento adequado a uma gestante mostra-se como ferramenta importante para combater a violência obstétrica, visto que esta tem início no pré-natal e muitas vezes estendem-se até o puerpério violando toda a autonomia da mulher. Acolher essas mulheres é uma forma de entender a sua percepção sobre a gestação e como lidam com as mudanças com objetivo de passar informações prévias de forma clara e humanizada.

REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. P.669
- AMORIM, M.M.R.; KATZ, L. O papel da episiotomia na obstetrícia moderna. *Femina*, vol. 36, n. 1, p. 47-54.
- BARCELLOS, L.G.; SOUZA, A.O.R.; MACHADO, C.A.F. Cesariana: uma visão bioética. *Revista Bioética* 2009 17 (3): 497-510
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Brasil 2011 - Uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher. Brasília, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2011.pdf
- BONAN, C. Reflexividade, sexualidade e reprodução: encruzilhadas das modernidades latino-americanas. *Iberoamericana*, Madrid, v. 5, n. 18, p. 89-107. 2005.
- BOGDAN, R. C. e BIKLEN, S. K. Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Portugal: Porto. 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 .
- CHIZZOTTI, A. . *A Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais* 9ª ed.). São Paulo, SP: Cortez. 2008.
- CARVALHO, C.C.M.; SOUZA, A.S.R.; MORAES FILHO, O.B. Episiotomia seletiva: avanços baseados em evidências. *Femina*, maio, 2010, vol 38 n°5.
- COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília Maria B. “Teoria e Práxis Feministas na Academia: Os Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras”. *Estudos Feministas*, vol. 2 (Número Especial), 1994, p. 387-407.
- DENZIN, N. K., e LINCOLN, Y. S. *Collecting and interpreting qualitative materials* (Vol. 2). Thousand Oaks: Sage Publications INC 2003.
- LEAL, Maria do Carmo et al. Nascer no Brasil: Inquérito nacional sobre parto e nascimento. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2012. Resultados preliminares.
- LINO, Helena da Costa. O bem-estar no parto sob o ponto de vista das pacientes e profissionais na assistência obstétrica. Dissertação (mestrado em saúde pública). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2010.
- MINAYO, M.C.S. O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1992.
- PETCHESKY, R.P. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, R.M.; PARKER, R. (Org). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/ UERJ; São Paulo: Editora 34, 1999.
- ROSAS, C.F. Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: rompendo velhos preconceitos e construindo novos paradigmas. *Jornal da Rede Feminista de Saúde*, Florianópolis, n. 27, p.18, set. 2005

VIANNA, A. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: mapeamento e diagnóstico*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

VILLELA, W.; MONTEIRO, S. Atenção à saúde das mulheres: historicizando conceitos e práticas. In: VILLELA, W.; MONTEIRO, S. (Org). *Gênero e saúde: programa saúde da família em questão*. Rio de Janeiro: ABRASCO; Brasília: UNFPA, 2005.

XAVIER, J.N. *et al.* Estatuto da criança e do adolescente e direitos humanos sexuais e reprodutivos na formação de enfermeiros e médicos. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 64-70, jan./mar. 2013.

ZALUAR, A. "O antropólogo dos pobres: introdução metodológica e afetiva". In *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1985

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 11, 5, 19, 20, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 40, 41, 51, 60, 84

Assistência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 14, 17, 20, 21, 29, 30, 31, 40, 41, 44, 47, 48, 55, 56, 60, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 98, 99, 100, 107, 108, 112, 114, 115, 116, 117, 127

Atenção Primária à Saúde 10, 38, 39, 40, 48, 106

C

Cancer 33, 70, 102, 113, 117, 118, 126, 133, 134, 135

Câncer de mama 112, 113, 114, 115, 116, 117, 123, 124

D

Diabetes gestacional 59

E

Educação em saúde 37, 60, 61, 66, 97, 98, 99, 100, 112, 116

Emoções 5, 82, 83, 87, 90, 98

Endometriose 118, 119, 120, 124

Enfermagem 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 18, 30, 42, 48, 49, 57, 71, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 115, 137, 138

F

Farmacoterapia 33

G

Gênero 6, 9, 18, 31, 34, 39, 40, 43, 46, 47, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 122

Genotipagem 125, 129, 132

Gestação 14, 16, 20, 28, 29, 37, 40, 44, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 137

Gestação de alto risco 80, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

Gestante 15, 16, 34, 41, 54, 56, 73, 79, 80, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

H

Hipertensão Gestacional 72, 73, 81

Hospitalização 85, 86, 93, 94, 95, 96, 99

HPV 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Humanização 10, 12, 13, 14, 16, 92, 95

I

Infecção 15, 16, 19, 20, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 37, 41, 51, 60, 97, 113, 125, 126, 127, 129, 132, 133

M

Mães 43, 44, 46, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 98, 99

Mastectomia 112, 116

Mulher 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 30, 33, 47, 95, 99, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 125, 136, 137

N

Neonatos 82, 87

Neoplasia Mamária 118, 120

O

Obstetrícia 17, 57, 71, 72, 81

P

Pesquisa 4, 5, 6, 9, 10, 12, 15, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 29, 34, 35, 36, 43, 48, 49, 51, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 82, 86, 87, 91, 94, 96, 98, 100, 110, 112, 114, 120, 125, 128, 131, 139

Pré-natal 13, 14, 15, 16, 29, 37, 39, 40, 44, 46, 48, 50, 51, 53, 56, 60, 80, 81, 82, 90, 97, 98, 99, 100

Prevenção 5, 19, 20, 21, 29, 30, 35, 36, 37, 38, 50, 52, 54, 55, 56, 60, 80, 85, 92, 106, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 123, 136

Problemas socioeconômicos 33

Promoção da saúde da mulher 136

S

Saúde Coletiva 37, 48, 49, 111, 139

Saúde da Mulher 10, 14, 17, 30, 47, 110, 111, 125, 136, 137

Saúde materno-infantil 39

Saúde pública 3, 17, 30, 31, 33, 34, 36, 38, 40, 49, 56, 106, 107, 108, 126

Sexualidade 10, 11, 12, 13, 17, 137

Sífilis 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Sífilis Congênita 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 57

Sífilis gestacional 37, 38, 43, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57

U

Uncaria Tomentosa 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

V

Vigilância em Saúde 37, 47, 57

Violência contra a Mulher 7, 8, 10, 14

Violência Sexual 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Ciências da Saúde no Brasil: Impasses e Desafios

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Ciências da Saúde no Brasil: Impasses e Desafios 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

